



Comitê Gestor Estadual de Erradicação do Sub-Registro Civil de Nascimento a Acesso à Documentação Básica

ATA DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO (GT) DOCUMENTAÇÃO

Local: Ministério Público – Av. Marechal Câmara, 370 – 9º andar – Centro – Rio de Janeiro

Data: 19/04/2018

Horário: 10:30h

Compareceram nesta reunião: Dr. Marcos Fagundes (MPRJ); Dra. Raquel dos Santos Pereira Crispino (TJRJ); Sr. Bruno Andrade (TRE/RJ); Sra. Denise Reis Marcelino (ARPEN/RJ); Dra. Eliane Pereira (MPRJ/ADHM); Dra. Fátima Saraiva (DPGERJ); Sra. Flora Neves (DETRAN/RJ); Sra. Karla F. da Silva (SEASDH); Dra. Letícia Torrano (DPU); Sra. Livia Pereira Paschoal (COESUB/MPRJ); Sra. Livia Marinho (SEPEC/TJRJ); Sra. Luana Evaristo (COESUB/MPRJ); Sr. Manoel Max Silva da Costa (SETRAB/RJ); Sra. Maria Cristina Werneck de Souza Salgado (TRE-RJ); Sra. Marinete Vieira Tani (TJRJ); Sra. Paula Cristina (DPGERJ); Sra. Thaiana A. Pinto (DETRAN/RJ); Sr. Felipe Antunes (DEGASE-RJ); Sra. Cristiane da Mota (DEGASE-RJ); Sra. Leila Mayworm Costa (DEGASE-RJ); Sra. Rebecca Menezes (DPGERJ); Sr. Alexandre Trece (IFP/PCERJ); Sra. Fernanda Mara (Prefeitura/Casa Civil); Dra. Roberta Rosa Ribeiro (MPRJ/ADHM); Sra. Janaína Lenzi (SMASOH/SUBDH).

Item 1 – Apresentação dos participantes

Iniciada a reunião foi feita a apresentação dos participantes.

Item 2 - Planilha de acompanhamento das ações

Dra. Raquel fez uma breve explanação acerca do Comitê Gestor Estadual de Erradicação de Sub-Registro Civil de Nascimento, sua origem, funcionamento, objetivos, grupos de trabalho, e, especificamente sobre o Grupo de Trabalho Documentação. Explicou ainda a planilha de ações do presente grupo, sua divisão em eixos por matérias afins, etc.

Em seguida, ela apresentou os servidores do DEGASE-RJ e justificou a presença dos mesmos no objetivo de estreitar relações com os órgãos emissores de documentos já que cerca de 2.000 (dois mil) adolescentes que estão cumprindo medida

socioeducativa de internação e semiliberdade estão com necessidade de terem seus documentos emitidos.

Continuou dizendo que a maioria desses adolescentes são apreendidos por furto e roubo, ou seja, crimes contra o patrimônio, e, não tráfico como se imagina. Ela exemplificou dizendo que esses adolescentes têm a mesma necessidade de consumo que os filhos dos participantes, mas que não têm a mesma situação econômica que eles. E, seguiu ressaltando a importância de se trabalhar a aprendizagem, inserindo esses jovens no mercado de trabalho. Caso contrário, esse círculo vicioso vai se agravar, e a situação irá se perpetuar ao longo da vida desses jovens. Esclareceu ainda que um dos entraves para que esses jovens sejam inseridos no mercado de trabalho é a ausência de documentos.

Leila explicou as principais dificuldades que o DEGASE-RJ encontra para emitir todos os documentos desses adolescentes que vão desde o agendamento com os órgãos emissores até a falta de dinheiro e transporte para o deslocamento.

Dra. Raquel explicou a situação peculiar do Educandário Santo Expedito e pediu auxílio ao TRE-RJ para a emissão do título de eleitor para que se chegue ainda à emissão da CTPS.

Cristiane disse que é muito importante que o DEGASE estreite relações com o TRE-RJ com o objetivo de planejarem maneiras de atendimento sem o agendamento, tendo em vista as dificuldades apresentadas.

Dra. Raquel ressaltou a importância de se planejar fluxos contínuos de trabalho estruturados em protocolos, para que estes não sejam perdidos quando da mudança de gestão dos órgãos públicos. E, complementou dizendo que não se pode contar somente com a realização de ações sociais periódicas, tendo em vista a rotatividade dos adolescentes.

Destacou que o trabalho que o DEGASE-RJ realiza para encaminhar os adolescentes mencionados para o programa de aprendizagem (Jovem Aprendiz) fica prejudicado pela dificuldade com a emissão do título de eleitor e CTPS.

E informou que, atualmente no DEGASE-RJ cerca de 1.700 (mil e setecentos) adolescentes precisam de título de eleitor. E, que por consequência, há um entrave na emissão da CTPS para participação desses adolescentes na aprendizagem.

Max sugeriu que essa questão seja informada à SETRAB para que seja possível buscar soluções em relação à emissão da CTPS. E, ressaltou que esse diálogo é importante não só para solucionar a questão dos ingressos do DEGASE, mas também dos outros cidadãos que necessitem da CTPS.

Bruno perguntou se todos esses adolescentes têm todos os outros documentos.

Dra. Raquel informou que os adolescentes que completaram 18 (dezoito) anos recentemente ainda não têm Certificado de Reservista, por exemplo. E, que tem pedido ao DEGASE-RJ que providencie o restante dos documentos.

Bruno informou que esse ano a falta do Certificado de Reservista não seria um problema, já que somente no segundo semestre é que esse documento é exigido porque os adolescentes têm até junho para ir até às Forças Armadas. E, como esse ano é ano eleitoral, o fechamento de cadastro ocorrerá em 09 de maio.

E, continuou dizendo que o problema da Justiça Eleitoral se deslocar até o Educandário Santo Expedito é que existe um link de internet que funciona com a Velox. E, que o TRE-RJ tem que pedir esse link à OI no prazo de 30 a 60 dias de antecedência. Além disso, o custo é muito alto. Por essa razão, o TRE-RJ acabou com o serviço de Justiça Eleitoral itinerante. E completou dizendo que o TRE-RJ está procurando uma tecnologia nova a fim de diminuir o custo, já que atualmente o custo é de 5 (cinco) a 8 (oito) mil reais por dia de uso. E, explicou que esse valor é o que se paga em um mês de uso em uma Zona Eleitoral.

Sugeriu, ainda, a possibilidade de se atender o DEGASE-RJ uma vez por mês, mediante um acordo prévio, pois o Corregedor facilmente atenderia. Nesse caso, o TRE-RJ local não abriria a agenda para fazer atendimentos ao público externo naquela localidade.

Dra. Raquel pediu para o DEGASE-RJ passar os telefones de contato.

Bruno ressaltou que essa ideia é plenamente exequível, vez que o TRE-RJ tem capacidade de atendimento em suas zonas eleitorais.

Dra. Raquel ressaltou que a maior necessidade de atendimento se dá nas Zonas Eleitorais de Bangu e da Ilha do Governador. Porém, lembrou que também há necessidade de se atender os CRIADS em outras localidades.

Bruno disse que em posse do mapeamento dessas unidades é possível identificar as zonas eleitorais responsáveis. E, então o Corregedor irá determinar um dia de atendimento por mês para o DEGASE nessas localidades. Ele disse que esse planejamento é totalmente viável para o TRE-RJ.

Dra. Raquel seguiu a reunião falando sobre a planilha de ações do GT Documentação, cuja elaboração se deu em 22/01/2015, com a tarefa inicial de mobilizar a Receita Federal no sentido de se pensar o acesso ao CPF.

Dr. Marcos lembrou que o eixo que trata do CPF na planilha foi modificado tendo em vista que, de 2015 para cá, o grupo mudou a ótica a fim de ampliar as possibilidades das pessoas conseguirem obter a inscrição no documento.

Bruno informou que o grupo do TSE que está trabalhando no documento único propôs que o CPF seja o número chave do documento único.

Dra. Raquel explicou que de 2015 até hoje o CPF mudou as suas características, mas que também mudou a percepção da Receita Federal sobre a sua função social.

Dr. Marcos seguiu a leitura da planilha de ações e explicou sobre a ação civil pública no Ministério Público Federal de São Paulo.

Marinete relatou as dificuldades encontradas para se emitir a CTPS e a inscrição no CPF para os presos do regime aberto e semiaberto. E, por consequência o preso não pode sair apesar de ter regredido de regime.

Dra. Raquel lembrou que a Receita Federal está exigindo apenas a Certidão de Nascimento. E, seguiu elogiando a atuação da servidora da Receita Federal, Sra. Carolina Rique, pelo empenho em solucionar essas questões. E, concluiu dizendo ser importante unir a SEAP a essa atuação.

Dra. Raquel seguiu com a leitura da planilha e explicou sobre o SINASC.

Lívia explicou sobre o funcionamento do SINASC, que o acesso é limitado por problemas com o cabeamento de fibra ótica. E, que o link da Secretaria de Saúde com o Ministério da Saúde não funciona direito.

Dra. Raquel e Dr. Marcos prosseguiram a leitura da planilha de ações.

Sobre o Certificado de Alistamento Militar, Dra. Raquel sugeriu que o contato seja feito através de Brasília tendo em vista que o Sargento James, que compareceu as reuniões anteriores, não teria poder hierárquico de provocar sua instituição.

Bruno explicou que, assim como no TRE-RJ, na Junta Militar, o interessado preenche um “pré-cadastro” na internet para realizar o agendamento de seu atendimento. Não sendo possível, dessa forma, emitir seu documento on-line. O documento é obtido presencialmente.

Cristiane informou que para realizar esse agendamento, o sistema militar pede o número do CPF dos adolescentes.

Bruno acredita que os militares têm o mesmo problema da Receita Federal, ou seja, eles devem utilizar a base da Receita Federal para validar os dados que entram em seu sistema.

Cristiane lembrou que depois que o adolescente completa 18 (dezoito) anos, o DEGASE-RJ não consegue fazer mais nada em relação ao CPF e o Título de Eleitor.

A leitura da planilha de ações foi encerrada no item nº 6.

Item 3 - Informes.

Flora explicou sobre o convênio entre o DETRAN-RJ e a Receita Federal para que no ato da emissão da carteira de identidade, o cidadão já possa ter sua inscrição no CPF realizada no mesmo posto de atendimento da identificação civil. E, explicou que haverá um projeto piloto em alguns meses. Contudo, ressaltou que o convênio já foi assinado por ambas as instituições, e que já há um plano de trabalho pronto.

Dra. Roberta informou sobre o trabalho que está sendo realizado em Belford Roxo, junto com a Promotoria Tutela Coletiva da Infância, com o Dr. Pedro Borges, de identificação civil das crianças nas escolas. Destacou a importância da atuação do Comitê Municipal. E, ressaltou a importância do apoio da Receita Federal, na pessoa da Sra. Carolina Rique.

Dra. Raquel informou sobre o evento do PLID que será realizado no dia 26/04 e o evento da UNICEF agendado no dia 27/04 sobre um aplicativo de busca ativa de pessoas sem documentos.

Dra. Fátima informou sobre a escolha do tema Sub-Registro para a campanha nacional da Defensoria Pública em 2018. E, disse que provavelmente o lançamento se dará na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Também falou sobre o projeto SEDOC que será um centro de guarda de documentação da população de rua, que irá funcionar inclusive nos finais de semana. E, destacou que vários locais como a Defensoria, Cartórios de RCPN ficam com documentos abandonados. E, que a ideia é centralizar tudo isso em um único local.

Destacou que conversou com o Deputado Marcelo Freixo e que, em reunião na Assembleia Legislativa, recebeu o apoio para as pautas da DN eletrônica e guarda de documentos.

Janaína da Prefeitura do Rio informou que estão fortalecendo e reestruturando o trabalho do Comitê Carioca, e disse que uma das ideias é convidar o TRE-RJ e o DETRAN-RJ para participar das reuniões a fim de estabelecer os fluxos municipais. E, perguntou como faz para convidar os órgãos mencionados, o que foi respondido pelos participantes presentes.

Dra. Raquel sugeriu que o convite seja enviado através de ofício. E, ressaltou que o Comitê Carioca esteja presente nas reuniões do GT Documentação para que não haja sobreposição de pautas.

A próxima reunião foi agendada para o dia **17/05/2018**, às **10:30h**.